

InterCement Brasil S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
InterCement Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da InterCement Brasil S.A. essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

São Paulo, 26 de fevereiro 2014

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

João
José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	904.911	475.646	1.067.958	613.686	Fornecedores		288.082	136.926	586.611	387.432
Títulos e valores mobiliários	5	145.799	64.634	146.013	64.634	Debêntures	12	-	-	2.151	592
Contas a receber de clientes	6	271.690	75.053	393.206	185.519	Empréstimos e financiamentos	11	49.731	182.222	296.936	404.497
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(14.454)	(14.561)	(21.645)	(24.140)	Juros a pagar	11 e 12	137.712	67.978	155.438	77.755
Estoques	7	523.224	343.909	787.922	588.678	Impostos e obrigações a pagar		107.961	56.698	144.370	86.586
Impostos a recuperar		74.688	35.882	76.773	38.642	Salários e encargos sociais		61.755	37.450	114.504	94.208
Outros créditos		79.437	18.943	94.227	35.845	Dividendos e juros sobre o capital próprio	16	10.879	24.387	12.647	27.139
Total do ativo circulante		<u>1.985.295</u>	<u>999.506</u>	<u>2.544.454</u>	<u>1.502.864</u>	Adiantamentos de clientes		9.738	795	24.794	13.159
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	5	13.061	-	15.787	3.232	Partes relacionadas	16	154.428	140.610	60.843	53.078
Contas a receber de clientes	6	553	288	678	288	Outras obrigações		9.248	19.280	6.881	31.058
Partes relacionadas	16	-	2.357	-	8.432	Total do passivo circulante		<u>829.534</u>	<u>666.346</u>	<u>1.405.175</u>	<u>1.175.504</u>
Estoques	7	40.209	18.861	70.266	48.842	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar		111.529	31.823	136.629	46.258	Debêntures	12	2.692.378	1.490.803	2.695.990	1.496.479
Depósitos judiciais		44.769	18.360	44.769	18.360	Empréstimos e financiamentos	11	713.623	578.850	1.386.225	1.068.012
Dividendos a receber	17	105.306	57.273	-	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	49.582	37.038	65.051	56.039
Outros créditos		18.502	5.181	61.483	28.727	Provisão para reconstituição ambiental	14	61.464	55.586	80.499	77.618
Investimentos:						Impostos e obrigações a pagar		23.072	23.966	24.729	26.192
Em controladas	8	1.273.547	1.448.764	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	296.523	134.637	376.759	220.407
Em operações controladas em conjunto	8	62.121	59.472	7.942	-	Outras obrigações		13.666	6.917	68.823	74.929
Outros	8	415	27.476	13.277	42.507	Total do passivo não circulante		<u>3.850.308</u>	<u>2.327.797</u>	<u>4.698.076</u>	<u>3.019.676</u>
Imobilizado	9	2.993.169	1.510.238	4.224.478	2.714.324	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível:						Capital social	17	2.109.017	1.075.191	2.109.017	1.075.191
Ágio	10	301.312	216.174	1.281.038	1.198.127	Reserva de capital		57.707	53.660	57.707	53.660
Outros intangíveis	10	158.110	36.842	179.001	65.433	Reservas de lucros		318.203	311.496	318.203	311.496
Total do ativo não circulante		<u>5.122.603</u>	<u>3.433.109</u>	<u>6.035.348</u>	<u>4.174.530</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(56.871)	(1.875)	(56.871)	(1.875)
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		<u>7.107.898</u>	<u>4.432.615</u>	<u>8.579.802</u>	<u>5.677.394</u>	Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		2.428.056	1.438.472	2.428.056	1.438.472
						Participação não controladora		-	-	48.495	43.742
						Total do patrimônio líquido		<u>2.428.056</u>	<u>1.438.472</u>	<u>2.476.551</u>	<u>1.482.214</u>
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.107.898</u>	<u>4.432.615</u>	<u>8.579.802</u>	<u>5.677.394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA	19	3.395.156	1.723.802	5.258.109	3.224.495
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	20	(2.482.837)	(1.268.674)	(3.861.584)	(2.371.000)
LUCRO BRUTO		<u>912.319</u>	<u>455.128</u>	<u>1.396.525</u>	<u>853.495</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas e comerciais	20	(139.223)	(117.028)	(274.756)	(239.731)
Equivalência patrimonial	8	37.604	94.510	(54)	-
Outras receitas operacionais	20	91.884	44.618	41.326	40.050
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>902.584</u>	<u>477.228</u>	<u>1.163.041</u>	<u>653.814</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Variação cambial	21	(82.274)	(43.972)	(146.911)	(86.432)
Receitas financeiras	21	169.951	61.150	184.316	69.764
Despesas financeiras	21	(370.702)	(165.854)	(513.752)	(256.533)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>619.559</u>	<u>328.552</u>	<u>686.694</u>	<u>380.613</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	18	(39.511)	(3.424)	(96.262)	(56.311)
Diferidos	18	(116.120)	(81.287)	(123.161)	(80.022)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>463.928</u>	<u>243.841</u>	<u>467.271</u>	<u>244.280</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A					
Participação controladora		463.928	243.841	463.928	243.841
Participação não controladora		-	-	3.343	439
LUCRO POR AÇÃO					
Básico/diluído por ação ON - R\$	23	126.790,93	100.295,22	127.704,84	100.572,71
Básico/diluído por ação PN - R\$	23	<u>-</u>	<u>120.005,82</u>	<u>-</u>	<u>120.101,72</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	463.928	243.841	467.271	244.280
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	(29.251)	(10.162)	(29.718)	(10.162)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>434.677</u>	<u>233.679</u>	<u>437.553</u>	<u>234.118</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A				
Participação controladora	434.677	233.679	434.677	233.679
Participação não controladora	-	-	2.876	439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
				Legal	Investimentos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		1.004.829	55.670	101.323	1.094.194	9.751	-	2.265.767	14.095	2.279.862
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	243.841	243.841	439	244.280
Aquisição de controle		-	-	-	-	-	-	-	29.559	29.559
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(10.162)	-	(10.162)	72	(10.090)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	(1.464)	1.464	-	-	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	341	341
Aumento de capital em 19 de janeiro de 2012		55.332	-	-	-	-	-	55.332	-	55.332
Aumento de capital em 18 de abril de 2012		15.030	-	-	(15.030)	-	-	-	-	-
Valor a pagar - grupamento das ações em 2 de agosto de 2012		-	(2.010)	-	-	-	-	(2.010)	-	(2.010)
Dividendos		-	-	-	(1.056.036)	-	(45.001)	(1.101.037)	(764)	(1.101.801)
Destinação:										
Constituição de reserva legal		-	-	12.265	-	-	(12.265)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento		-	-	-	174.780	-	(174.780)	-	-	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	(13.259)	(13.259)	-	(13.259)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.075.191	53.660	113.588	197.908	(1.875)	-	1.438.472	43.742	1.482.214
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	463.928	463.928	3.343	467.271
Ganhos com alienação de participação em controlada		-	4.047	-	-	-	-	4.047	3.513	7.560
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(29.251)	-	(29.251)	(467)	(29.718)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	(25.745)	25.745	-	-	-
Aumento de capital pela incorporação da CIMPOR	1	1.017.596	-	-	-	-	-	1.017.596	-	1.017.596
Aumento de capital em 26 de abril de 2013		16.230	-	-	(16.230)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos de anos anteriores		-	-	-	(148.370)	-	-	(148.370)	(1.636)	(150.006)
Dividendos antecipados	17	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)
Pagamentos de juros sobre o capital próprio antecipados	17	-	-	-	-	-	(118.366)	(118.366)	-	(118.366)
Destinação:										
Constituição de reserva legal	17	-	-	24.484	-	-	(24.484)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	17	-	-	-	146.823	-	(146.823)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.109.017	57.707	138.072	180.131	(56.871)	-	2.428.056	48.495	2.476.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	619.559	328.552	686.694	380.613
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação, amortização e exaustão	179.974	69.940	244.988	141.063
Resultado de equivalência patrimonial	(37.604)	(94.510)	54	-
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas	(33.922)	(3.130)	(31.583)	(6.197)
Juros, encargos provisionados e variações cambiais	373.703	157.888	553.711	255.775
Ganho na venda de ativo imobilizado	(41.090)	(45.589)	(40.056)	(18.722)
Ganho na participação acionária	(2.304)	-	(2.304)	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	(14.823)	4.151	(9.229)	383
Contas a receber de clientes	(63.225)	(17.819)	(94.528)	(23.841)
Estoques	(12.413)	(14.515)	(73.970)	(80.312)
Impostos a recuperar	(90.199)	42.179	(98.278)	40.952
Dividendos recebidos	114.944	2.821	-	64
Outros créditos	(903)	(9.777)	(30.019)	(27.396)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Partes relacionadas	15.275	66.288	40.234	48.113
Fornecedores	44.628	(11.488)	107.732	37.123
Salários e férias a pagar	9.062	(1.113)	25.781	2.482
Outras obrigações e contas a pagar	(39.837)	(1.419)	(85.359)	(935)
Impostos e obrigações a pagar	4.039	13.368	4.100	15.078
	1.024.864	485.827	1.197.968	764.243
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52.317)	-	(111.157)	(55.477)
Juros pagos	(222.944)	(82.267)	(322.186)	(143.129)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>749.603</u>	<u>403.560</u>	<u>764.625</u>	<u>565.637</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	(78.951)	2.001	(79.159)	2.001
Aquisição de imobilizado	(562.651)	(289.760)	(772.021)	(512.171)
Adições ao intangível	(11.696)	(11.743)	(11.931)	(16.768)
Aumento do investimento	(8.632)	(3.597)	(7.625)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	10.973	76.898	10.973	76.898
Compra de controlada, líquido do caixa adquirido	-	-	-	18.822
Outras atividades de investimento	-	-	(1.166)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(650.957)</u>	<u>(226.201)</u>	<u>(860.929)</u>	<u>(431.218)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	68.910	1.493.141	750.574	1.794.629
Venda de recebíveis e de fornecedores	-	114.360	-	114.360
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(157.931)	(169.597)	(610.856)	(353.075)
Caixa oriundo das incorporações	1.109.456	-	1.109.456	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(562.489)	(1.173.877)	(562.489)	(1.173.915)
Partes relacionadas	(127.327)	-	(127.327)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>330.619</u>	<u>264.027</u>	<u>559.358</u>	<u>381.999</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>429.265</u>	<u>441.386</u>	<u>463.054</u>	<u>516.418</u>
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	(8.782)	(6.380)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>475.646</u>	<u>34.260</u>	<u>613.686</u>	<u>103.648</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>904.911</u>	<u>475.646</u>	<u>1.067.958</u>	<u>613.686</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Brasil S.A. (“Companhia”) está domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladoras a Cauê Áustria Holding GmbH e a Cimpor Inversiones S.A., com participação no seu capital de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

O Grupo InterCement Brasil possui 25 fábricas de cimento (16 localizadas no Brasil e 9 na Argentina), 55 usinas de concreto (46 localizadas no Brasil e 9 na Argentina), 4 usinas de agregados (3 localizadas no Brasil e 1 na Argentina) e 1 unidade de argamassa (localizada no Brasil). A Companhia e sua controlada Loma Negra C.I.A. S.A. (“Loma Negra”) possuem, ainda, o controle na Yguazu Cements S.A. (“Yguazu”), sociedade paraguaia que opera na importação e comercialização de cimento e está construindo uma fábrica integrada de cimento.

Em 11 de dezembro de 2013, a Companhia alienou o equivalente a 3% de participação acionária na Yguazu, pelo montante de U\$3.250 mil, equivalente a R\$7.560, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho de R\$4.047, registrado no patrimônio líquido.

Adicionalmente, a Companhia possui participações em ativos de geração de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a cisão total da investida Machadinho Energética S.A. (“MAESA”), e a parcela de 6,3522% dos ativos e passivos da MAESA foi incorporada à Companhia, com base no laudo de avaliação levantado em 16 de janeiro de 2013. Os principais saldos incorporados estão apresentados resumidamente na proporção da Companhia:

	<u>16.01.2013</u>
Ativo circulante	<u>269</u>
Caixa e equivalentes de caixa	66
Outros	203
Ativo não circulante	<u>37.133</u>
Imobilizado	37.133
Acervo líquido incorporado	<u><u>37.402</u></u>

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2013, a controladora da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$1.017.596, mediante a incorporação dos ativos e passivos correspondentes à participação de sua controladora na investida CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A. (“CIMPOR”). Referido aumento de capital foi integralizado pela controladora da CIMPOR, Cimpor Inversiones, S.A., que passou a deter participação direta de 43,22% na Companhia, e dilui a participação direta da então controladora direta Cauê Áustria Holding GmbH na Companhia, que passou de 100% para 56,78%.

A incorporação foi realizada com base em laudo elaborado em 31 de janeiro de 2013. Os principais saldos aportados estão apresentados resumidamente a seguir:

	<u>2013</u>
Ativo circulante	<u>1.409.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.109.390
Contas a receber	122.458
Estoques	143.384
Outros	34.357
Ativo não circulante	<u>1.331.594</u>
Aplicações financeiras	10.639
Estoques	17.276
Imobilizado	1.052.171
Intangível	204.211
Outros	47.297
Passivo circulante	<u>278.783</u>
Fornecedores	88.931
Empréstimos	14.202
Partes relacionadas	100.000
Outros	75.650
Passivo não circulante	<u>1.444.804</u>
Empréstimos	1.222.633
Partes relacionadas	125.103
Provisões para riscos	30.156
Impostos diferidos	45.767
Outros	21.145
Acervo líquido incorporado	<u><u>1.017.596</u></u>

Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2013		2012	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Controladas:				
Cauê Finance Limited	100,00	-	100,00	-
CCCimentos Participações Ltda.	98,99	-	98,99	-
Companhia Camargo Corrêa Energia	99,99	0,01	100,00	-
Transviária Logística e Transportes Ltda.	98,56	1,44	-	-
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	100,00	-	100,00	-
Holdtotal S.A.	97,00	2,97	97,00	2,99
Loma Negra C.I.A. S.A.	24,18	73,38	24,18	73,38
Betel S.A.	-	97,56	-	97,56
Cofesur S.A.	-	85,52	-	85,52
Compañia Argentina de Cemento Portland S.A.	-	97,56	-	97,56
Compañia de Servicios a la Construcción S.A.	-	97,56	-	97,56
Recycomb S.A.	-	97,56	-	97,56
Rios Primeira Limitada	99,99	-	99,99	-
Yguazu Cements S.A.	32,00	30,57	35,00	30,57
Operação em conjunto-				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	-	9,00	-
Consórcios:				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	4,44	-	4,44	-
Consórcio Machadinho	5,28	-	-	-

A controlada Cauê Finance Limited (“Cauê Finance”) é considerada uma extensão das operações da Companhia e, conseqüentemente, sua moeda funcional é a moeda brasileira, a moeda funcional da Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

- As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, são identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em operações em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A participação em consórcios e operações em conjunto são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operadas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

2.4. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas na IFRS 3, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo.

O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confirmam a seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outras IFRSs e pronunciamentos contábeis (“CPCs”).

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no fim de cada exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (conforme mencionado anteriormente) ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais e demonstrado como um ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado.

2.5. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação do Grupo naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionada à Companhia.

2.6. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se beneficiam das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, após, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

2.7.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos para comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.

- Não há envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.7.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

2.8. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, sendo reconhecido, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais e seu custo é reconhecido como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

2.9. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.10. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício. Os resultados e outras transações que afetaram o patrimônio dessas operações no exterior são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são registrados na moeda funcional da investida, somente para aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRSs. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

O ágio referente às aquisições de investimentos no exterior, reconhecidas antes da data de transição para as IFRSs, foi mantido na moeda funcional da Companhia.

2.11. Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.12. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos gastos necessários para realizar a venda.

A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

2.13. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

2.14. Ativos intangíveis

2.14.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.14.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.17. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados à medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões constituídas.

2.18. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”) possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2.19. Tributação

2.19.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

2.19.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) empréstimos e recebíveis.

(d) Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.

Os investimentos mantidos até vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

2.21. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de custo amortizado.

2.22. Juros sobre o capital próprio

São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.23. IFRSs novas e revisadas que afetam informações divulgadas no exercício corrente (e/ou em exercícios anteriores)

As IFRSs novas e revisadas a seguir, vigentes para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, foram adotadas nestas demonstrações financeiras. Sua adoção não teve efeitos materiais nos montantes reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anteriores.

<u>CPC</u>	<u>IFRS/IAS</u>	<u>Descrição</u>
	IAS 1	Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente
	IFRS 7	Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros
CPC 36 (R3)	IFRS 10	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Consolidadas
CPC 19 (R2)	IFRS 11	(Revisada em 2011) - Negócios em Conjunto - Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 45	IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
CPC 46	IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
CPC 33 (R1)	IAS 19	(Revisada em 2011) - Benefícios a Empregados.
CPC 35 (R2)	IAS 27	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 18 (R2)	IAS 28	(Revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures"
	IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

2.24. Normas e interpretações novas ainda não adotadas

IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
Modificações à IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b)
Modificações às IFRSs 10 e 12 e IAS 27	Entidades de Investimento (a)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia ainda não avaliou o efeito da aplicação de tais normas, no entanto não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 9.

3.2. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

3.3. Ativos imobilizados e intangíveis

A Companhia e suas controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente, no fim de cada exercício. A estimativa de vida útil é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	71.619	26.008	127.009	55.360
Aplicações financeiras	<u>833.292</u>	<u>449.638</u>	<u>940.949</u>	<u>558.326</u>
Total	<u>904.911</u>	<u>475.646</u>	<u>1.067.958</u>	<u>613.686</u>

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2.265	312.717	5.503	315.795
Fundos exclusivos (a):				
Notas do Tesouro Nacional - NTNs "over"	295.077	57.755	295.511	57.755
Letras do Tesouro Nacional - LTNs "over"	37.372	-	37.427	-
Letras do Tesouro Nacional - LTFs	160.300	-	160.536	-
CDBs	20.539	12.180	20.569	12.180
Fundos de renda fixa	310.117	66.986	310.573	66.986
Letra financeira	7.622	-	7.633	-
Aplicações financeiras em moeda estrangeira (b):				
Em pesos argentinos	-	-	96.545	103.259
Em dólares norte-americanos	-	-	6.277	2.316
Outros	-	-	375	35
Total	<u>833.292</u>	<u>449.638</u>	<u>940.949</u>	<u>558.326</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações em fundos exclusivos renderam em média de 100% a 108,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,2% a 108% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

(b) Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações em pesos argentinos renderam em média de 11,3% a 21,43% ao ano (12,4% ao ano em 31 de dezembro de 2012) e as aplicações em dólares norte-americanos 0,1% ao ano (0,1% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Operações compromissadas	145.799	64.634	148.739	67.866
Depósito em garantia (*)	<u>13.061</u>	<u>-</u>	<u>13.061</u>	<u>-</u>
Total	<u>158.860</u>	<u>64.634</u>	<u>161.800</u>	<u>67.866</u>
Total - classificado no circulante	145.799	64.634	146.013	64.634
Total - classificado no não circulante	13.061	-	15.787	3.232

(*) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes dos mercados interno e externo	272.243	75.341	393.884	185.807
Classificadas no não circulante	<u>(553)</u>	<u>(288)</u>	<u>(678)</u>	<u>(288)</u>
Classificadas no circulante	<u>271.690</u>	<u>75.053</u>	<u>393.206</u>	<u>185.519</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(14.454)</u>	<u>(14.561)</u>	<u>(21.645)</u>	<u>(24.140)</u>
Total líquido no circulante	<u>257.236</u>	<u>60.492</u>	<u>371.561</u>	<u>161.379</u>

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 181 dias, e a controlada Loma Negra constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos valores irrecuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e na análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando, inclusive, as garantias prestadas por tais devedores.

Composição das contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	241.273	54.180	325.124	122.395
Vencidos:				
0 a 30 dias	8.544	4.266	27.592	28.118
31 a 60 dias	2.857	1.106	7.613	2.312
61 a 90 dias	1.105	800	4.515	3.015
91 a 180 dias	2.470	774	12.778	15.751
181 dias ou mais	<u>15.994</u>	<u>14.215</u>	<u>16.262</u>	<u>14.216</u>
Total	<u>272.243</u>	<u>75.341</u>	<u>393.884</u>	<u>185.807</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	14.561	19.381	24.140	29.304
Constituições	3.466	5.823	3.466	6.000
Montantes baixados no exercício				
como incobráveis	(12.390)	(10.643)	(13.475)	(10.709)
Ganho ou perda de variação cambial			(1.303)	(455)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>8.817</u>	<u>-</u>	<u>8.817</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício	<u>14.454</u>	<u>14.561</u>	<u>21.645</u>	<u>24.140</u>

(*) Refere-se à parcela de créditos de liquidação duvidosa dos ativos identificáveis decorrentes da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante:				
Produtos acabados	70.010	30.111	106.167	70.219
Produtos em elaboração	98.540	51.865	145.337	101.017
Matéria-prima	105.900	91.306	168.928	136.978
Combustíveis	83.464	78.253	117.441	118.959
Almoxarifado	155.234	97.012	225.237	138.792
Adiantamento a fornecedores	13.454	6.425	13.454	6.425
Estoque em trânsito	-	-	14.605	4.223
Embalagem e outros	6.521	2.797	6.652	25.925
Provisão para perdas	(9.899)	(13.860)	(9.899)	(13.860)
Total	<u>523.224</u>	<u>343.909</u>	<u>787.922</u>	<u>588.678</u>
Não circulante:				
Matérias-primas	251	-	251	-
Almoxarifado	22.442	-	56.441	35.120
Provisão para perdas	-	-	(3.942)	(5.139)
Adiantamentos a fornecedores (*)	<u>17.516</u>	<u>18.861</u>	<u>17.516</u>	<u>18.861</u>
Total	<u>40.209</u>	<u>18.861</u>	<u>70.266</u>	<u>48.842</u>

(*) Representados substancialmente por contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário de escória e carvão mineral com vigência até 10 de outubro de 2023, com previsão de utilização anual linear (R\$3.461 por ano) durante os anos 2011 a 2023.

8. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Resultado do exercício ajustado		Ajuste de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Controladas:														
Holdtotal S.A.	97,00	97,00	50.534	50.534	198.942	344.081	27.986	70.839	(24.234)	(12.149)	27.147	68.714	192.974	333.759
Loma Negra C.I.A. S.A. (b)	24,18	24,18	12.210	12.210	269.451	387.357	39.220	96.641	(7.943)	(2.689)	9.428	23.361	1.030.720	1.059.222
Cauê Finance Limited	100,00	100,00	1.400.000	1.400.000	-	472	-	-	-	273	-	-	-	472
CCCimentos Participações Ltda.	98,99	98,99	1	1	10.241	15.243	88	1.980	(831)	(372)	87	1.960	10.137	15.088
CCCE - Companhia Camargo Corrêa Energia (d)	100,00	100,00	5.948.232	5.948.232	708	630	79	543	-	-	79	543	708	630
Yguazu Cimentos S.A. (e)	32,00	35,00	4.947	5.411	118.553	113.123	(674)	13.541	2.314	4.297	(457)	4.591	37.937	39.593
Transviária Logística e Transportes Ltda.	99,00	-	6.909	-	1.081	-	(29)	-	91	-	(28)	-	1.071	-
									<u>(30.603)</u>	<u>(10.640)</u>	<u>36.256</u>	<u>99.169</u>	<u>1.273.547</u>	<u>1.448.764</u>
Operações em conjunto:														
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	9,00	9,00	35.854.290	35.854.290	601.987	586.672	16.083	44.286	-	-	1.447	(2.523)	54.179	52.800
CCEscom Cement	50,10	50,10	9.018	9.018	15.852	13.318	(88)	(140)	1.313	606	(44)	(70)	7.942	6.672
									<u>1.313</u>	<u>606</u>	<u>1.403</u>	<u>(2.593)</u>	<u>62.121</u>	<u>59.472</u>
Outros investimentos:														
Machadinho Energética S.A. - MAESA (f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.476
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	50,00	-	350.000	-	750	-	(6)	-	-	-	(2)	-	375	-
Companhia de Mineração Candiota	48,00	-	480.000	-	84	-	-	-	-	-	(8)	-	40	-
									<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>415</u>	<u>27.476</u>
Provisão para perdas em controladas (c):														
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	100,00	100,00	550	550	(960)	(2.652)	(26)	(2.169)	39	(128)	(37)	(2.066)	(960)	(2.652)
Inversiones Rios Primera	99,90	-	99.900	-	(7)	-	(3)	-	-	-	(8)	-	(7)	-
									<u>39</u>	<u>(128)</u>	<u>(8)</u>	<u>(2.066)</u>	<u>(967)</u>	<u>(2.652)</u>
Total									<u>(29.251)</u>	<u>(10.162)</u>	<u>37.604</u>	<u>94.510</u>	<u>1.335.116</u>	<u>1.533.060</u>

(a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.

(b) Parte do saldo refere-se ao ágio pago na aquisição dessa empresa, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização desse ágio cessou, conforme a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, com saldo de R\$965.584. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo de 31 de dezembro de 2013, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos.

[página intencionalmente deixada em branco]

- (c) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.
- (d) Em 31 de maio de 2012, a Companhia adquiriu 5.948.232 ações da empresa Companhia Camargo Corrêa de Energia (“CCCE”), detidas pela Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A., empresa controlada pelos mesmos acionistas da Companhia. O valor da aquisição foi de R\$86, com base no valor patrimonial da CCCE em 30 de abril de 2012.
- (e) Durante o exercício de 2012, a controlada Loma Negra adquiriu 5.411 ações ordinárias nominativas, que representam 35% do capital social da Yguazu; dessa maneira, a Companhia passou a ter o controle sobre tal investimento. Em 11 de dezembro de 2013, a Companhia alienou 3% de participação na Yguazu, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (f) Investimento mantido ao custo até 31 de dezembro de 2012 e posteriormente incorporado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são como segue:

Holdtotal S.A. e Loma Negra C.I.A. S.A.: controladas sediadas na Argentina com o objetivo de produzir e comercializar cimentos e seus derivados, bem como participar e investir em outras companhias. Detêm, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A.

Ferrosur Roca S.A.: administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra. A concessão atual tem vigência até 2023, podendo ser ampliada em mais dez anos.

Yguazu Cimentos S.A.: é uma companhia paraguaia que opera na importação e comercialização de cimento e possui em andamento a construção de uma fábrica integrada de cimentos.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.: tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande (“UHE Barra Grande”) e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A Companhia adota o método de equivalência patrimonial para essa operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas.

Camargo Corrêa Escom Cement B.V.: companhia holandesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola.

InterCement Portugal, SGPS, Lda.: companhia portuguesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias.

Transviária Logística e Transportes Ltda.: companhia brasileira constituída em 1º de abril de 2013 com o objetivo de realizar transportes de cargas e soluções logísticas.

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.507.800
Aumento de capital	3.597
Redução de capital	(337)
Equivalência patrimonial	94.510
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.162)
Dividendos	<u>(62.348)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.533.060
Aumento de capital	10.322
Redução de capital	(3.985)
Equivalência patrimonial	37.604
Ajuste de avaliação patrimonial	(29.251)
Dividendos	(177.961)
Incorporação da MAESA	(37.133)
Outras transações	<u>2.460</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u><u>1.335.116</u></u>

9. IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u>		
	2013		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor residual</u>
Terrenos	157.325	(731)	156.594
Edifícios	1.397.723	(625.983)	771.740
Máquinas e equipamentos	2.392.659	(1.377.706)	1.014.953
Veículos	175.748	(111.232)	64.516
Móveis e utensílios	19.686	(12.369)	7.317
Minas e jazidas	67.799	(15.780)	52.019
Reservatório, barragens e adutoras	172.058	(20.502)	151.556
Outros	31.032	(3.073)	27.960
Peças de reposição	4.844	-	4.844
Adiantamento a fornecedor	178.100	-	178.100
Imobilizado em andamento (*)	<u>563.570</u>	<u>-</u>	<u>563.570</u>
Total	<u><u>5.160.544</u></u>	<u><u>(2.167.376)</u></u>	<u><u>2.993.169</u></u>

	Controladora		
	2012		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	128.854	(352)	128.502
Edifícios	527.834	(257.382)	270.452
Máquinas e equipamentos	1.290.404	(607.074)	683.330
Veículos	98.795	(46.907)	51.888
Móveis e utensílios	7.069	(3.724)	3.345
Minas e jazidas	38.455	(7.868)	30.587
Reservatório, barragens e adutoras	142.032	(6.196)	135.836
Outros	7.937	(797)	7.140
Peças de reposição	4.471	-	4.471
Adiantamento a fornecedor	10.226	-	10.226
Imobilizado em andamento (*)	<u>184.461</u>	<u>-</u>	<u>184.461</u>
Total	<u>2.440.538</u>	<u>(930.300)</u>	<u>1.510.238</u>
	Consolidado		
	2013		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	172.062	(1.646)	170.416
Edifícios	1.924.217	(909.047)	1.015.170
Máquinas e equipamentos	3.079.487	(1.717.522)	1.361.965
Veículos	323.110	(176.431)	146.679
Móveis e utensílios	61.694	(47.180)	14.514
Minas e jazidas	189.914	(56.829)	133.085
Reservatório, barragens e adutoras	257.401	(41.372)	216.029
Outros	47.772	(11.862)	35.911
Peças de reposição	16.847	-	16.847
Adiantamento a fornecedor	294.763	-	294.763
Imobilizado em andamento (*)	<u>819.099</u>	<u>-</u>	<u>819.099</u>
Total	<u>7.186.366</u>	<u>(2.961.889)</u>	<u>4.224.478</u>
	Consolidado		
	2012		
	Custo	Depreciação	Valor Residual
Terrenos	145.361	(1.146)	144.215
Edifícios	1.092.927	(571.700)	521.227
Máquinas e equipamentos	2.036.366	(970.680)	1.065.686
Veículos	256.935	(114.679)	142.256
Móveis e utensílios	54.388	(40.932)	13.456
Minas e jazidas	131.905	(44.085)	87.820
Reservatório, barragens e adutoras	227.375	(23.927)	203.448
Outros	24.081	(10.931)	13.150
Peças de reposição	13.506	-	13.506
Adiantamento a fornecedor	10.226	-	10.226
Imobilizado em andamento	<u>499.334</u>	<u>-</u>	<u>499.334</u>
Total	<u>4.492.404</u>	<u>(1.778.080)</u>	<u>2.714.324</u>

(*) Na controladora, os saldos referem-se substancialmente à expansão das unidades de Apiaí, no montante de R\$147.389, e Cezarina, no montante de R\$53.169, e à construção da unidade de Caxitu, no montante de R\$199.068, no Estado da Paraíba, bem como a melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades existentes. A modernização das fábricas está sendo financiada com recursos oriundos do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. O consolidado inclui, ainda, investimentos na expansão e modernização, principalmente, das plantas de Catamarca, L'Amali, Olavarría e Lomaser, da controlada Holdtotal S.A. e de suas controladas, no montante de R\$73.790, e na construção da primeira unidade fabril da controlada Yguazu no Paraguai, no montante de R\$181.445.

A Companhia capitalizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, encargos financeiros no montante de R\$9.084 (R\$15.548 em 2012), na rubrica “Imobilizado em andamento”.

De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na companhia operada em conjunto BAESA, no montante aproximado de R\$97.301, considerando a participação da Companhia naqueles ativos, depreciados linearmente pelo prazo de concessão, passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.

Nas rubricas “Máquinas e equipamentos” e “Veículos” existem, em 31 de dezembro de 2013, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto localizadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11, o saldo a pagar é de R\$19.494 (FINAME).

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.314.014	2.321.822
Adições	303.391	525.802
Baixas (d)	(38.347)	(60.634)
Depreciações	(68.820)	(139.499)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (a)	-	(34.625)
Aquisição adicional de participação acionária (b)	<u>-</u>	<u>101.458</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.510.238	2.714.324
Adições	578.360	787.730
Baixas	(4.236)	(5.109)
Depreciações	(180.497)	(245.068)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (a)	-	(116.703)
Incorporação da MAESA/CIMPOR (c)	<u>1.089.304</u>	<u>1.089.304</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>2.993.169</u>	<u>4.224.478</u>

(a) Refere-se principalmente ao efeito da tradução de demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, entre o início e o fim do exercício, sobre ativos da controlada Holdtotal S.A. e suas controladas e da controlada Yguazu.

- (b) Refere-se à parcela de imobilizado decorrente da aquisição adicional de participação acionária na controlada Yguazu, pela controlada Holdtotal S.A.
- (c) Refere-se à parcela de imobilizado do acervo líquido decorrente da incorporação da MAESA e da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.
- (d) Referem-se substancialmente ao desinvestimento de alguns ativos por alienação, incluindo aqueles que fazem parte do Termo de Compromisso de Desempenho com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, decorrente da aquisição da CIMPOR.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Direitos de exploração de minas	115.045	-	115.045	-
Bens vinculados à concessão	6.133	6.350	27.024	29.138
Direitos de uso de software	11.579	11.138	11.579	11.138
Gastos com desenvolvimento de projetos	8.262	11.512	8.262	17.315
Marcas e patentes e outros	<u>17.091</u>	<u>7.842</u>	<u>17.091</u>	<u>7.842</u>
	<u>158.110</u>	<u>36.842</u>	<u>179.001</u>	<u>65.433</u>
Ágio:				
Loma Negra C.I.A. S.A. (a)	-	-	965.584	965.584
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (b)	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	75.801	75.801	75.801	75.801
Incorporação da Goiás (c)	16.361	-	16.361	-
Incorporação da Cimento Brumado (c)	59.983	-	59.983	-
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	-	8.794	-
Cofesur S.A.	-	-	6.808	7.880
Recycomb S.A.	-	-	1.033	1.195
La Preferida de Olavarría S.A.	-	-	6.301	7.293
Outros	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>	<u>22.858</u>	<u>22.859</u>
	<u>301.312</u>	<u>216.174</u>	<u>1.281.038</u>	<u>1.198.127</u>
Total	<u>459.422</u>	<u>253.016</u>	<u>1.460.039</u>	<u>1.263.560</u>

- (a) Refere-se a ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo R\$909.580 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e R\$56.004 referentes à concessão ferroviária (Ferro-sur), os quais foram amortizados pelas taxas de 12,5% ao ano até 31 de dezembro de 2008.
- (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas companhias, os quais foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. Os ágios têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura.

(c) Referem-se à parcela de ágio do acervo líquido decorrente da incorporação da CIMPOR.

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração da Companhia, sendo que os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados na perpetuidade.

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	247.767	1.252.326
Adições	11.743	24.159
Baixas	(16)	(5.779)
Amortizações	(6.478)	(6.922)
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(223)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	253.016	1.263.561
Adições	11.696	11.931
Baixas	(176)	(5.978)
Amortizações	(9.325)	(9.768)
Variação cambial	-	(3.918)
Incorporação da CIMPOR (*)	<u>204.211</u>	<u>204.211</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>459.422</u>	<u>1.460.039</u>

(*) Refere-se ao ágio e à parcela de intangível dos ativos identificáveis decorrentes da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1. Controladora

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Moeda estrangeira - dólares norte-americanos (US\$):				
“Medium-term notes” (a)	Prefixada	Julho de 2035	106.091	92.532
Banco Itaú BBA S.A. (e)	LIBOR mais prefixada	Julho de 2016	308.860	269.503
FINIMP	Percentual do CDI	Setembro de 2013	-	70.330
BNDES (a)	Prefixada mais variável (*)	Outubro de 2015	<u>6.131</u>	<u>8.264</u>
			<u>421.082</u>	<u>440.629</u>
Moeda nacional:				
Pró-giro	Percentual do IGP-M mais prefixada	Junho de 2013	-	14.002
Pró-Invest (c)	IPCA mais prefixada	Fevereiro de 2015	1.522	2.667
Nota de crédito (f)	Percentual do CDI mais prefixada	Março de 2014 a dezembro de 2024	108.908	47.827
FINAME (b)	TJLP mais prefixada	Abril de 2014 a setembro de 2023	19.494	32.284
BNDES (a)	TJLP mais prefixada ou variável (*)	Agosto de 2015 a junho de 2018	48.974	64.437
BNDES (d)	TJLP mais prefixada	Setembro de 2029	152.730	160.712
Incentivo Fomentar	Prefixada	Dezembro de 2020	9.667	-

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Itaú BBA - Fomentar		Dezembro de 2022	<u>16.776</u>	<u>-</u>
			<u>358.082</u>	<u>321.929</u>
Total			<u>779.164</u>	<u>762.558</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			15.810	1.486
Classificados no circulante - principal			49.731	182.222
Classificados no não circulante - principal			713.623	578.850

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,08% e 10,13%.

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,4% e 13,2%.

(*) Cesta de moedas UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo BNDDES no Diário Oficial da União.

- Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites à Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.
- Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.
- Esses empréstimos possuem como garantia equipamentos e hipoteca de segundo grau da unidade industrial de Bodoquena.
- As garantias do financiamento são formadas por: (i) direito de receber todos e quaisquer valores que estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos do contrato de concessão; (ii) direito de vender a parcela da energia elétrica produzida pelo CESTE atribuída à Companhia; e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.
- Esses empréstimos exigem que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada.

11.2. Controladas

Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas e operadas em conjunto são como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empréstimos em pesos argentinos (b)	Prefixada	Abril de 2017	425.662	249.903
Empréstimos em dólares norte-americanos (US\$):				
BID (c)	LIBOR mais prefixada	Novembro de 2017	85.711	128.402
"Medium-term notes" (a)	Prefixada	Dezembro de 2016	-	93.223
Itaú Unibanco S.A. - NY (d)	LIBOR mais prefixada	Julho de 2016	129.398	114.934

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros empréstimos em dólares norte-americanos (e)	LIBOR mais prefixada	Agosto de 2021	262.936	93.304
Empréstimos em reais - Brasil (b)	TJLP mais prefixada	Outubro de 2018	<u>33.826</u>	<u>39.876</u>
Total			<u>937.533</u>	<u>719.642</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			17.726	8.205
Classificados no circulante - principal			247.205	222.275
Classificados no não circulante - principal			672.602	489.162
Classificados no circulante - consolidado - juros (apresentados como "Juros a pagar")			33.536	9.691
Classificados no circulante - consolidado - principal			296.936	404.497
Classificados no não circulante - consolidado - principal			1.386.255	1.068.012

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 8,13% e 9,13%.

Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 3,15% e 18,75%.

Para os empréstimos contratados em pesos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 22,26% e 26,3%.

- (a) Em 15 de março de 2013, a controlada Loma Negra liquidou antecipadamente o referido empréstimo.
- (b) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites às controladas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.
- (c) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.
- (d) As captações estão garantidas por aval da Companhia. A referida captação foi realizada para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional ("medium-term notes").
- (e) Esses empréstimos não possuem cláusulas restritivas.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	72.579	211.486
2016	23.613	279.705
2017	20.745	105.887
2018	25.789	73.283
2019	21.271	166.238
Após 2019	<u>549.626</u>	<u>549.626</u>
Total	<u>713.623</u>	<u>1.386.225</u>

12. DEBÊNTURES

12.1. Controladora

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Debêntures (a)	115% da taxa DI	Abril de 2022	1.578.500	1.568.064
Debêntures (b)	115% da taxa DI	Agosto de 2022	1.244.977	-
Gastos com emissão			<u>(9.197)</u>	<u>(10.769)</u>
Total			<u>2.814.280</u>	<u>1.557.295</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			121.902	66.492
Classificados no não circulante			2.692.378	1.490.803

- (a) Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil S.A. emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$10,00. Os juros são pagos anual e semestralmente, para a primeira e segunda séries, respectivamente.

As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da Companhia e da InterCement Áustria Equity Participation GmbH e por penhor de 451.132.545 ações da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l.

- (b) Em agosto de 2012, a CIMPOR emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022. O saldo a pagar na data da incorporação da CIMPOR foi transferido para a Companhia.

Condições restritivas

Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement (“InterCement Participações S.A. - Consolidado”) e a captação está garantida por aval da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

12.2. Operada em conjunto BAESA

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento até</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Consolidado:				
Operada em conjunto BAESA	100% da taxa DI + 1,3% a.a.	Agosto de 2016	5.788	7.874
Gastos com emissão			<u>(25)</u>	<u>(34)</u>
Total			<u>5.763</u>	<u>7.840</u>
Classificadas no circulante - controlada - juros (apresentados como “Juros a pagar”)				1.572
Classificadas no circulante - controlada - principal			2.151	592
Classificadas no não circulante - controlada - principal			3.612	5.676
Classificadas no circulante - consolidado - juros (apresentados como “Juros a pagar”)			121.902	68.064
Classificadas no circulante - consolidado - principal			2.151	592
Classificadas no não circulante - consolidado - principal			2.695.990	1.496.479

Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, como a manutenção do endividamento total máximo equivalente a 75% dos ativos totais, as quais requerem que a controlada indireta em conjunto mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhistas e previdenciários	19.035	10.910	25.635	16.706
Tributários (a)	15.251	11.026	17.156	11.026
Cíveis e outros	<u>22.126</u>	<u>19.700</u>	<u>29.090</u>	<u>32.905</u>
	56.412	41.636	71.881	60.637
Depósitos judiciais (b)	<u>(6.831)</u>	<u>(4.598)</u>	<u>(6.831)</u>	<u>(4.598)</u>
Total	<u>49.582</u>	<u>37.038</u>	<u>65.051</u>	<u>56.039</u>

(a) Na controladora, referem-se substancialmente a autos de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS com créditos do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) discussão sobre a insuficiência de recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.

(b) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Trabalhistas e previdenciários	5.705	3.537
Tributários	990	931
Cíveis e outras	<u>136</u>	<u>130</u>
Total	<u>6.831</u>	<u>4.598</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$975.019 (R\$350.785 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$28.948 de contingências trabalhistas (R\$18.359 em 31 de dezembro de 2012), R\$935.880 de contingências tributárias (R\$326.955 em 31 de dezembro de 2012), R\$8.773 de contingências cíveis (R\$4.237 em 31 de dezembro de 2012) e R\$1.418 de processos administrativos de outras naturezas (R\$1.234 em 31 de dezembro de 2012), cuja chance de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Outros

A Companhia e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, em trâmite perante o CADE, para os quais não há provisão em 31 de dezembro de 2013, em razão de o prognóstico de perda ser considerado possível, em uma avaliação que considera as esferas administrativa e judicial, caso esta seja necessária.

O montante da possível perda nesse processo pode variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto, líquido dos impostos, do exercício anterior à instauração dos processos administrativos, que ocorreram em 2003, 2005 e 2007 (conforme o artigo 38 da Lei nº 12.529/11) ou de 1% a 30% do faturamento bruto (caso esteja sob a vigência da lei anterior). Em 2014, houve novas audiências sobre esse processo na esfera administrativa, os quais estão descritos na nota explicativa nº 28.

A movimentação das provisões para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Controladora				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.910	11.026	19.700	(4.598)	37.038
Constituição/depósito	1.204	429	70	(3.253)	(1.550)
Pagamento	(1.378)	(1.209)	-	1.804	(783)
Reversão	(181)	(18.844)	-	-	(19.024)
Atualização	3.424	369	735	(784)	3.745
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>5.056</u>	<u>23.480</u>	<u>1.621</u>	<u>-</u>	<u>30.156</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>19.035</u>	<u>15.251</u>	<u>22.126</u>	<u>(6.831)</u>	<u>49.582</u>

	Consolidado				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.706	11.026	32.905	(4.598)	56.039
Constituição/depósito	3.696	429	74	(3.253)	946
Pagamento	(3.931)	(1.242)	(859)	1.804	(4.228)
Reversão	(181)	(18.844)	-	-	(19.025)
Atualização	3.424	370	734	(784)	3.745
Varição cambial	865	1.937	(5.385)	-	(2.582)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>5.056</u>	<u>23.480</u>	<u>1.621</u>	<u>-</u>	<u>30.156</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>25.635</u>	<u>17.156</u>	<u>29.090</u>	<u>(6.831)</u>	<u>65.051</u>

(*) Refere-se à parcela de provisão para riscos dos passivos identificáveis decorrentes da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

14. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação das provisão para reconstituição ambiental no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	54.532	87.033
Utilização	(112)	(2.245)
Atualização	1.166	1.166
Reversão	-	(7.360)
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(976)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	55.586	77.618
Utilização	(174)	(174)
Atualização	1.386	1.386
Variação cambial	-	(2.997)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>4.666</u>	<u>4.666</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>61.464</u>	<u>80.499</u>

(*) Refere-se à parcela de provisão para reconstituição ambiental decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

15.1. Previdência privada

A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contribuiu com o montante de R\$3.171 (R\$1.155 em 31 de dezembro de 2012).

15.2. Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2013 é de R\$60.186 na controladora (R\$31.508 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 67.409 no consolidado (R\$50.850 em 31 de dezembro de 2012).

16. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são os seguintes:

	Controladora							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante			
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Dividendos a receber	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Operação controlada em conjunto- BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	-	17	-	2.041	-	-	-
Entidades sob controle comum:								
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	-	-	-	47	-	-	48
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	2.209	-	-	-	28	-	-	136
Cimpor Trading, S.A. (b)	-	12.827	-	-	14.507	-	-	-
Cimpor Inversiones, S.A.	-	-	-	-	1.263	-	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.	-	-	-	-	4.573	-	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.	-	-	-	-	564	-	-	-
Controladas:								
CCCimentos Participações Ltda.	-	-	-	-	-	1.693	-	1.797
Loma Negra C.I.A. S.A. (b) e (e)	-	-	53.373	-	-	93.181	-	7.414
Holdtotal S.A.	-	-	51.916	-	-	-	-	-
Yguazu Cimentos S.A.	555	-	-	-	-	-	-	-
Controladora final:								
Cauê Austria Holding GmbH (d)	-	4.957	-	-	-	59.554	-	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	11.777	-	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	38	-	-	-	-	10.288	-
Outras	<u>309</u>	<u>130</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>465</u>	<u>-</u>	<u>591</u>	<u>24</u>
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>3.073</u>	<u>29.729</u>	<u>105.306</u>	<u>-</u>	<u>23.488</u>	<u>154.428</u>	<u>10.879</u>	<u>9.419</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>2.345</u>	<u>171</u>	<u>57.273</u>	<u>2.357</u>	<u>5.327</u>	<u>140.610</u>	<u>24.387</u>	<u>141</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

	Consolidado						
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	-	-	47	-	-	48
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	2.209	-	-	28	-	-	136
CCCimentos Luxemburgo	-	-	-	-	1.289	-	-
Cimpor Trading, S.A. (b)	-	12.827	-	46.088	-	-	-
Cimpor Inversiones, S.A.	-	-	-	1.263	-	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.	-	-	-	4.573	-	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.	-	-	-	564	-	-	-
Controladora final:							
Camargo Corrêa S.A.	-	310	-	-	-	-	876
Cauê Austria Holding GmbH (d)	-	4.957	-	-	59.554	-	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	11.784	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	38	-	-	-	10.288	-
Outras	<u>309</u>	<u>130</u>	<u>-</u>	<u>361</u>	<u>-</u>	<u>2.359</u>	<u>24</u>
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>2.518</u>	<u>30.046</u>	<u>-</u>	<u>52.924</u>	<u>60.843</u>	<u>12.647</u>	<u>1.084</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>2.459</u>	<u>171</u>	<u>8.432</u>	<u>415</u>	<u>53.078</u>	<u>27.139</u>	<u>141</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são como segue:

	Controladora		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Operação controlada em conjunto-			
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	28.015	-
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	13.355	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	24.105	7	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	1.110	-	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	142.581	-
Cimpor Inversiones	-	-	(1.263)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.	-	1.145	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.	-	5.608	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	(147)
Controlada-			
Loma Negra C.I.A. S.A. (c)	-	-	(15.597)
Controladora final:			
Camargo Corrêa S.A.	-	610	-
Cauê Áustria Holding GmbH (d)	-	-	(9.777)
Outras	-	167	-
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>25.215</u>	<u>191.488</u>	<u>(26.784)</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>28.974</u>	<u>31.449</u>	<u>17.515</u>

	Consolidado		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	-	13.355	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	24.105	7	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A. (b)	1.110	-	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	142.581	-
Cimpor Inversiones	-	-	(1.263)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A.	-	1.145	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A.	-	5.608	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	(147)
Controladora final:			
Camargo Corrêa S.A.	-	611	-
Cauê Áustria Holding GmbH (d)	-	-	(9.777)
Outras	-	166	-
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>25.215</u>	<u>163.473</u>	<u>(11.187)</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>28.974</u>	<u>252</u>	<u>8.970</u>

- (a) Contrato de compra e venda de energia entre as empresas do Consórcio BAESA.
- (b) Compra e venda de mercadorias e serviços.
- (c) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$37 milhões, sujeito a juros entre 3,0% e 3,9% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de julho de 2014 e 27 de novembro de 2016.
- (d) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$25 milhões, sujeito a juros de 3,5% ao ano adicionados à variação da LIBOR, com vencimento do principal e juros em 27 de julho de 2016.
- (e) Dividendos propostos e aprovados pelas controladas durante o exercício de 2013.

Remuneração dos administradores

a) Controladora

Em 26 de abril de 2013, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2013 foi fixado em até R\$7.000, não incluídos encargos sociais, e acrescido de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão demonstrados a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (i)	4.089	6.245
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (ii)	2.290	387
Longo prazo (benefícios pós-emprego)-		
Previdência privada	<u>323</u>	<u>199</u>
Total da remuneração (sem encargos sociais)	6.702	6.831
Encargos sociais	<u>1.859</u>	<u>2.176</u>
Total da remuneração (com encargos sociais)	<u>8.561</u>	<u>9.007</u>

(i) Remuneração dos Diretores Estatutários.

(ii) Remuneração do Conselho de Administração.

b) Consolidado

O montante pago até 31 de dezembro de 2013 é de R\$16.696, sendo: (i) R\$14.406 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$2.290 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$15.006 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$14.808 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios e R\$199 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social em 31 de dezembro de 2012	1.075.191
Aumento de capital pela incorporação da CIMPOR	1.017.596
Aumento de capital com reservas de incentivos fiscais	<u>16.230</u>
Capital social em 31 de dezembro de 2013	<u>2.109.017</u>

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é representado por 3.943 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (2.241 ações nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2012, sendo 1.241 ordinárias e 1.000 preferenciais).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2013, a Companhia aprovou: (i) o cancelamento de 1 ação ordinária e 1 ação preferencial de sua emissão, que estão em tesouraria, decorrentes de soma de frações de ações na operação de grupamento de ações deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de agosto de 2012; e (ii) a conversão de 999 ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma nova ação ordinária para cada ação preferencial existente, e as ações preferenciais ora convertidas em ações ordinárias farão jus aos mesmos direitos e prerrogativas conferidos às ações ordinárias dispostos no Estatuto Social da Companhia e na legislação societária vigente.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2013, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia. Em consequência desse aumento de capital, foram emitidas 1.704 novas ações ordinárias.

Reservas de lucros

Correspondem à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu reserva de lucros no montante de R\$146.823 (R\$187.045 em 31 de dezembro de 2012), que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2014.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>Controladora</u> <u>2013</u>
Lucro do exercício	463.928
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	25.745
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(24.484)</u>
Total	<u>465.189</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	116.297
Proposta da Administração:	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos referentes à antecipação do resultado de 2013	318.366
Constituição de reserva de lucros	146.823

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2013, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$206.630, referentes às reservas de lucros de anos anteriores, sendo o montante de R\$58.260 reconhecido como dividendos obrigatórios em 31 de dezembro de 2012 e complemento no montante de R\$148.370.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de setembro de 2013, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos no montante de R\$110.000, referentes à antecipação dos resultados de 2013.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2013, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos no montante de R\$90.000 e juros sobre o capital próprio no montante de R\$118.366, referentes à antecipação dos resultados de 2013.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	619.559	328.552	686.694	380.613
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(210.650)	(111.708)	(233.476)	(129.408)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	12.785	32.133	(215)	-
Exclusões permanentes, líquidas	(1.918)	(2.278)	(26.487)	(2.308)
Compensação de prejuízo fiscal	13.071	-	13.080	-
Diferença de alíquotas para resultado no exterior	-	-	(822)	320
Juros sobre o capital próprio, líquidos	40.244	-	40.244	-
Outros	<u>(9.163)</u>	<u>(2.858)</u>	<u>(11.746)</u>	<u>(4.937)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(155.631)</u>	<u>(84.711)</u>	<u>(219.422)</u>	<u>(136.333)</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização pelas controladas e controladas em conjunto.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
No ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	143.409	153.583	150.430	161.832
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19.840	14.753	25.248	14.753
Provisão para reconstituição ambiental	17.341	15.061	17.341	26.111
Programa de Integração Social - PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	20.142	18.214	20.142	18.214
Provisões para participação nos lucros	10.293	5.439	10.293	5.439
Provisões para serviços de terceiros	-	1.088	590	1.088
Variação cambial tributada pelo regime de caixa	8.361	-	7.477	-
Provisão para recuperação paisagística, líquida do valor incluído no imobilizado	1.629	-	1.629	-
Outras provisões temporárias	<u>1.566</u>	<u>14.010</u>	<u>1.644</u>	<u>16.662</u>
Total - ativo	<u>222.581</u>	<u>222.148</u>	<u>234.794</u>	<u>244.099</u>

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	389.267	309.752	389.267	309.752
Varição cambial tributada no regime de caixa	-	3.103	-	3.103
Custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	1.218	-
Avaliação da vida útil do imobilizado (*)	74.329	25.739	154.968	122.128
Ajuste a valor presente - incentivo Fomentar	26.623	-	26.623	-
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	7.112	-	7.112	-
Outras provisões temporárias	<u>21.773</u>	<u>18.191</u>	<u>32.365</u>	<u>29.523</u>
Total - passivo	<u>519.104</u>	<u>356.785</u>	<u>611.553</u>	<u>464.506</u>
Total líquido classificado no passivo não circulante	<u>296.523</u>	<u>134.637</u>	<u>376.759</u>	<u>220.407</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto no Decreto nº 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99).

Em 31 de dezembro de 2013, a expectativa de realização do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é como segue:

	Controladora	Consolidado
2014	69.041	70.392
2015	74.368	75.775
2016	-	1.254
2017	-	739
2018	-	<u>2.270</u>
Total	<u>143.409</u>	<u>150.430</u>

Essa expectativa de realização considera o histórico de lucratividade, as projeções de resultados tributáveis futuros e o prazo esperado para a reversão das diferenças temporárias.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627/13

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (“MP 627/13”) que, entre outras matérias: (a) revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRSs); e (b) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, visto que à luz da atual redação da MP 627/13, em análise inicial, estes não são relevantes.

19. RECEITA LÍQUIDA

A composição das receitas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Venda de produtos	3.721.502	1.928.039	5.641.720	3.499.398
Serviços prestados	720.084	335.743	828.785	418.616
Impostos sobre vendas	(1.029.791)	(527.999)	(1.073.033)	(555.826)
Abatimentos/descontos	<u>(16.639)</u>	<u>(11.981)</u>	<u>(139.363)</u>	<u>(137.693)</u>
Total	<u>3.395.156</u>	<u>1.723.802</u>	<u>5.258.109</u>	<u>3.224.495</u>

Os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ICMS, PIS, COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Depreciação e amortização	(179.974)	(69.940)	(244.988)	(141.063)
Salários e benefícios a empregados	(304.759)	(173.006)	(625.506)	(463.056)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(845.294)	(417.977)	(1.166.866)	(533.320)
Despesas tributárias	(7.017)	(6.076)	(37.814)	(30.821)
Serviços de terceiros	(127.448)	(130.128)	(244.399)	(212.069)
Despesas com aluguel	(57.757)	(32.273)	(62.229)	(36.404)
Despesas com frete	(346.166)	(236.512)	(489.471)	(356.507)
Despesas com manutenção	(141.111)	(93.686)	(282.878)	(221.743)
Despesas com combustível	(257.700)	(141.072)	(472.812)	(317.943)
Despesas com eletricidade	(116.428)	(59.085)	(198.543)	(160.708)
Reversão (constituição) de provisão para riscos (b)	1.244	1.547	(67.790)	1.547
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (a)	51.663	54.912	51.686	54.912
Outras receitas (despesas)	<u>(199.429)</u>	<u>(37.788)</u>	<u>(252.812)</u>	<u>(153.506)</u>
Total	<u>(2.530.176)</u>	<u>(1.341.084)</u>	<u>(4.094.422)</u>	<u>(2.570.681)</u>
Custo das vendas e dos serviços	(2.482.837)	(1.268.674)	(3.861.584)	(2.371.000)
Despesas administrativas e comerciais	(139.223)	(117.028)	(274.756)	(239.731)
Outras receitas operacionais	<u>91.884</u>	<u>44.618</u>	<u>41.918</u>	<u>40.050</u>
Total	<u>(2.530.176)</u>	<u>(1.341.084)</u>	<u>(4.094.422)</u>	<u>(2.570.681)</u>

- (a) Em 2013, refere-se substancialmente à venda dos direitos minerários da reserva localizada em Itupeva, no Estado de São Paulo, no montante de R\$30.000, com vencimento até 30 de novembro de 2015.

Em 20 de dezembro de 2012, a Companhia alienou 12 usinas a terceiros e 4 terrenos para empresas que têm os mesmos acionistas da Companhia, sendo 3 terrenos para a CCEC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda. e 1 terreno para a BTS Participações e Investimentos Ltda. Tal transação gerou ganho no montante de R\$47.210.

- (b) Conforme apresentado nas notas explicativas de 31 de dezembro de 2012, a controlada Holdtotal S.A. possuía, em 31 de dezembro de 2010, provisão para riscos cíveis no montante de R\$70.124, referente à multa aplicada pela Comissão Nacional de Defesa da Concorrência da Argentina (“CNDC”), por supostos atos praticados pela controlada Loma Negra, entre o período de 1º de julho de 1981 e 31 de agosto de 1999, que resultaram em infração à Lei de Defesa do Consumidor da Argentina. Em 9 de setembro de 2011, a CNDC declarou nula a infração aplicada à controlada Loma Negra; por esse motivo e tendo em conta a opinião de seus assessores jurídicos, a controlada reverteu a provisão para riscos cíveis que havia constituído no montante de R\$67.207.

A CNDC apelou dessa decisão e finalmente, em 7 de maio de 2013, a Corte Suprema de Justiça da Argentina confirmou a infração e, em 23 de maio de 2013, a controlada Loma Negra realizou o pagamento da multa no montante de R\$65.127.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Variação cambial:				
Receita com variação cambial	174.637	53.921	199.939	67.337
Despesa com variação cambial	(256.911)	(97.893)	(346.850)	(153.769)
Total	<u>(82.274)</u>	<u>(43.972)</u>	<u>(146.911)</u>	<u>(86.432)</u>
Receitas financeiras:				
Varição monetária	5.349	9.154	5.352	9.157
Rendimento financeiro	81.750	25.451	93.409	34.527
Juros ativos	6.009	3.639	6.009	3.664
Instrumentos financeiros derivativos	76.071	21.663	76.071	21.663
Outras receitas	<u>772</u>	<u>1.243</u>	<u>3.475</u>	<u>753</u>
Total	<u>169.951</u>	<u>61.150</u>	<u>184.316</u>	<u>69.764</u>
Despesas financeiras:				
Varição monetária	(18.945)	(10.795)	(18.945)	(9.268)
Despesa com juros e encargos	(284.135)	(126.303)	(385.769)	(189.920)
Despesa de multas	(116)	(1.716)	(116)	(1.716)
Instrumentos financeiros derivativos	(47.306)	(17.476)	(47.306)	(17.476)
Outras despesas	<u>(20.200)</u>	<u>(9.564)</u>	<u>(61.616)</u>	<u>(38.153)</u>
Total	<u>(370.702)</u>	<u>(165.854)</u>	<u>(513.752)</u>	<u>(256.533)</u>

22. COMPROMISSOS

a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos no Brasil têm prazos de duração entre cinco e dez anos. A estimativa de pagamentos de aluguel, em valores nominais, é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Até 1 ano	9.674	6.574	11.361	29.719
De 1 a 5 anos	17.041	24.108	24.639	52.732
Mais de 5 anos	<u>9.828</u>	<u>49.891</u>	<u>9.828</u>	<u>49.891</u>
Total	<u>36.543</u>	<u>80.573</u>	<u>45.828</u>	<u>132.432</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecido o montante de R\$18.668 (R\$5.050 em 31 de dezembro de 2012) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

b) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo IGP-M, e compra de energia elétrica com vigência até 2020, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é conforme segue:

	2013
2014	37.014
2015	46.127
2016	46.127
2017	46.127
2018	46.127
Após 2018	<u>138.382</u>
Total	<u>359.905</u>

23. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com a norma internacional IAS 33 - Resultado por Ação, a seguir está demonstrada a reconciliação do lucro/prejuízo líquido com os valores utilizados para calcular o lucro/prejuízo líquido por ação básico e diluído:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Numerador básico e diluído-				
Alocação do lucro (prejuízo) líquido do exercício para os acionistas	463.928	243.841	467.272	244.280
Denominador básico e diluído-				
Média ponderada de ações	3.659	2.235	3.659	2.235
Lucro básico/diluído por ação ON (em reais)	126.790,93	100.295,22	127.704,84	100.572,71
Lucro básico/diluído por ação PN (em reais)	-	120.005,82	-	120.101,72

24. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração.

25. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia forneceu garantia para:

- O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada indireta Loma Negra e o BID, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$125.000 mil, destinado à modernização e expansão de fábricas na Argentina.
- O Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750.000 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €460.193 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco Itaú - Unibanco S.A., New York Branch em 28 de julho de 2008, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada indireta Loma Negra e o Banco Itaú, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$55.212 mil; o montante garantido pela Companhia foi de US\$125.000 mil.
- A controlada Cauê Finance em 16 de julho de 2005, em decorrência do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a controlada Cauê Finance, cujo mútuo foi decorrente de “bonds” emitidos no exterior, no montante de US\$150.000 mil.

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$44.116.

A Companhia recebeu garantias para os seguintes financiamentos:

- Os destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$169.729.
- O contraído em 6 de agosto de 2009, com a finalidade de expansão e aumento de capacidade das unidades de Apiaí, Bodoquena, Ijaci e Pedro Leopoldo, está garantido por fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$123.508.
- Para a venda de direitos minerários da reserva localizada em Itupeva, no Estado de São Paulo, no valor de R\$30.000, com vencimento até dezembro de 2015. A referida operação foi garantida por fiança bancária do Banco Bradesco.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

26.1. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

26.2. Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as subsidiárias integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros e monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

26.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros - custo amortizado:				
Caixa e bancos	71.619	26.008	127.009	55.360
Aplicações financeiras - ativo financeiro	15.326	312.717	124.964	424.637
Contas a receber de clientes	272.242	75.341	393.883	185.807
Partes relacionadas	-	2.357	-	8.432
Estoques	563.433	-	858.188	-
Valor justo por meio do resultado- Fundos exclusivos	976.826	201.555	977.785	201.555
Passivos financeiros - custo amortizado:				
Debêntures	2.814.280	1.557.295	2.820.043	1.565.135
Empréstimos e financiamentos	779.164	762.558	1.716.697	1.482.200
Fornecedores	288.082	136.926	586.611	387.432

26.4. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano e peso argentino, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	15	39	1.676	5.641
Dividendos a receber	105.306	57.273	-	-
Contas a receber	582	523	134	1.126
Outros créditos	16.734	-	16.734	-
Estoque - adiantamento a fornecedores	<u>12.827</u>	<u>-</u>	<u>12.827</u>	<u>-</u>
Ativo exposto	<u>135.464</u>	<u>57.835</u>	<u>31.371</u>	<u>6.767</u>
Passivo:				
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	421.082	440.629	454.216	866.647
Mútuo com partes relacionadas	160.149	138.005	59.554	51.088
Fornecedores no exterior	<u>23.025</u>	<u>33.364</u>	<u>31.781</u>	<u>102.331</u>
Passivo exposto	<u>604.256</u>	<u>611.998</u>	<u>545.551</u>	<u>1.020.066</u>

Derivativos

Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2013:

<u>Operação</u>	Valor de mercado			Efeito acumulado ganho (perda)
	Valor nacional	Posição ativa	Posição passiva	
“Swap” - dólar norte- -americano versus CDI”	<u>730.292</u>	<u>779.690</u>	<u>748.818</u>	(30.874)
Total	<u>730.292</u>	<u>779.690</u>	<u>748.818</u>	(30.874)

26.5. Valores de mercado

Na Companhia e em suas controladas, os empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção do empréstimo “medium-term notes” e do empréstimo com o BID, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor justo	106.736	93.436	415.039	303.817
Valor contabilizado	106.089	92.532	427.371	312.545

26.6. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo:				
CDI	818.555	486.637	926.163	489.721
SELIC	<u>160.536</u>	<u>27.635</u>	<u>163.525</u>	<u>30.867</u>
Total do ativo	<u>979.091</u>	<u>514.272</u>	<u>1.089.688</u>	<u>520.588</u>
Passivo:				
IGP-M	-	14.002	22.519	35.738
CDI	2.923.188	1.675.452	2.928.976	1.565.135
IPCA	1.522	2.667	1.522	2.667
TJLP	221.198	257.433	255.025	273.489
LIBOR	308.860	269.503	786.905	512.839
Outros	<u>26.454</u>	<u>100.796</u>	<u>26.454</u>	<u>70.329</u>
Total do passivo	<u>3.481.222</u>	<u>2.319.853</u>	<u>4.021.401</u>	<u>2.460.197</u>

26.7. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

26.8. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI, do IPCA e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<u>Exposição ao risco cambial</u>							
Derivativos	Valorização do real	(225)	28.857	44.213	(225)	28.857	44.213
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	1	1	1	155	116	78
Contas a receber de clientes	Valorização do real	54	40	27	12	9	6
Dividendos a receber	Valorização do real	3.500	2.625	1.750	-	-	-
Outros créditos	Valorização do real	1.548	1.161	774	1.548	1.161	774
Estoques - adiantamento a fornecedores	Valorização do real	1.186	890	593	1.186	890	593

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	38.941	48.676	58.411	42.005	52.506	63.007
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	14.810	18.513	22.215	5.507	6.884	8.261
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	2.129	2.662	3.194	2.939	3.674	4.409
Exposição a índices variáveis							
Derivativos	Aumento do índice	-	-	-	(319)	(268)	(179)
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	85.948	64.461	42.974	97.247	72.935	48.624
SELIC	Queda do índice	17.177	21.472	25.766	17.497	21.871	26.246
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	-	-	-	438	548	657
CDI	Aumento do índice	306.935	383.668	460.402	307.542	384.428	461.314
LIBOR	Aumento do índice	1.801	2.251	2.701	4.588	5.735	6.881
TJLP	Aumento do índice	11.060	13.825	16.590	12.751	15.939	19.127
IPCA	Aumento do índice	90	112	135	90	112	135

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Capitalização de juros	9.084	15.548	9.084	15.548
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	6.625	13.631	6.625	13.631
Aquisição de intangível com dívida	-	-	-	7.391
Aquisição de terrenos que serão pagos futuramente	-	7.472	-	7.472

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de janeiro de 2014, o Conselheiro-Relator do processo administrativo em trâmite no CADE, iniciado em 2007 contra a Companhia e outras empresas do setor (Representadas), conforme referenciado na nota explicativa nº 13, proferiu voto, relativo à condenação das Representadas e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde a R\$539.520 (considerando R\$241.700 para InterCement e R\$297.820 para CIMPOR), além da imposição de desinvestimentos de ativos. Os demais Conselheiros do CADE, exceto um deles, acompanharam o voto do Conselheiro-Relator. O Conselheiro cujo voto não foi proferido pediu vista do processo e o julgamento foi suspenso até a sessão seguinte.

Em 5 de fevereiro de 2014, o processo foi retirado de pauta e o julgamento permanecerá suspenso. No momento, não há previsão para conclusão, e, até a promulgação da decisão, os demais Conselheiros que já proferiram seus votos podem alterá-los. Caso a sentença administrativa condenatória se confirme no CADE, a Companhia irá recorrer da decisão.

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos até a data da aprovação, estando aprovadas para divulgação.
